

# Aviso a todos OS EMPREGADOS - Informação que a Entidade Patronal deve efixar

## Atenção empregados - Salário mínimo - Rhode Island Efectivo dia 1 de janeiro, 2004

ESTA LEI PROPORCIONA.....

**Salário Mínimo à Hora Para Todos os Empregados \$6.75**

**EXCEPTO** Estudantes a tempo inteiro com menos de 19 anos de idade trabalhando em lugares não lucrativos, religiosos, educacionais, bibliotecas ou organizações públicas (90% do Salário Mínimo) **\$6.08**  
Menores, com 14 ou 15 anos de idade que não excedam 24 horas semanais **\$5.06** (75% do Salário Mínimo)

**Horas extraordinárias** - Por cada semana de trabalho, horas extraordinárias devem ser pagas 1 ½ vezes o valor do pagamento regular por todas as horas acima de 40. Note a lei contém excepções sobre o salário mínimo e o pagamento obrigatório de horas extraordinárias para certas ocupações ou instituições. \*Aprendizes e incapacitados podem ser pagos menos do que o salário mínimo adequado porém tem que estar dentro do acordo emitido pelo Director do Departamento de Trabalho e Treino.

**Horas mínimas por turno** - A qualquer empregado que por pedido ou autorização se apresente o trabalho no princípio do seu turno, deveram lhe ser proporcionadas três (3) horas de trabalho ou três (3) horas de salário. Empregados em estabelecimentos de negócio a retalho devem ser proporcionadas quatro (4) horas de trabalho aos domingos e feriados.

**Mao de obra adolescente** - Tem que ter pelo menos 16 anos de idade para trabalhar em qualquer trabalho que não seja relacionado com agricultura, e pelo menos 18 anos para trabalhar em trabalhos que nao sejam relacionados com agricultura mas considerados perigosos pelo Secretário do Trabalho dos Estados Unidos. Adolescentes com 14 e 15 anos de idade podem trabalhar, com uma autorização especial emitida pela escola que frequentam. Oficial, vários trabalhos

**Para mais informação sobre os regulamentos do salário mínimo de RI**  
**Telefone para (401) 462-8550**  
**Repartição de Regularidades de Trabalho Departamento de Trabalho e Treino de RI**

DLT-L-58 (Rev. 1/2004)

## Trabalha em Projectos de Construção financiados pelo Estado ou pela Câmara Municipal

**Salário Mínimo** - Para o género de trabalho que executa, não deve ser pago menos do que o valor determinado neste aviso.

**Horas extraordinárias** - O pagamento de horas extraordinárias é aplicado quando trabalha mais de 8 horas diárias ou mais de 40 horas semanais.

**Aprendizes** - Salário de aprendizagem só poderá ser pago aos aprendizes propriamente registados e aprovados pelos programas de aprendizagem do estado.

**Salário apropriado** - Se não está a receber um salário adequado, pode submeter uma queixa ao Departamento de Trabalho e Treino de RI e esta será investigada pelo departamento. Para informação adicional pode também contactar o Devisão de salários efectivos através do número (401) 462-8580. Em adição, repare que a Lei 37-13-17 de RI coloca em vigor o direito privado de receber salário e benefícios.

DLT-L-39 (8/05)

## Esta Protegido de acordo com a lei do Seguro de Desemprego de RI e do Seguro de Incapacidade Temporária

(DLT-TX-6 (Rev. 10/04)

**Benefícios do Seguro de Desemprego** - Se ficar totalmente ou parcialmente desempregado:

1. Apresente o seu pedido de benefícios dentro de 7 dias após a sua demissão de trabalho. Apresente o seu pedido dentro do horário normal de expediente, das 8 da manhã às 3 da tarde, de Segunda a Quinta-feira e das 9 da manhã às 3 da tarde, às Sextas-feiras. (temos intérpretes para Espanhol, Português, Cambodian, Laotian e Hmong): Telefone através do número (401) 243-9100. Para serviço imediato, processe o seu pedido de benefícios através da Internet 24 horas por dia /7 dias por semana. Visite: [www.dlt.ri.gov/ui](http://www.dlt.ri.gov/ui). Para apresentar um pedido de benefícios através do telefone us o número (401) 243-9100. Geralmente o volume de chamadas às Segundas-feiras é muito elevado, de preferência apresente o seu pedido noutro dia da semana.
2. Quando telefonar necessita o número da Segurança Social, o seu nome completo, nome, morada e o número do telefone das entidades patronais para as quais trabalhou nos últimos dois anos. Se não tiver cidadania dos EUA, será também necessário o número de Registo de Estrangeiro ou o número da Autorização de Trabalho.
3. Para receber benefícios de desemprego a lei requer que:
  - a. O motivo de desemprego não pode ser por culpabilidade própria.
  - b. Tem que ter ganho o salário mínimo obrigatório durante o tempo que trabalhou.
  - c. Tem de estar fisicamente apto, disponível e à procura de trabalho
  - d. Tem de se registar no Departamento de Trabalho e Treino

## Assistência de Trabalho e Treino

Se precisa de ajuda a encontrar emprego, o Departamento de Trabalho e Treino oferece serviços gratis de colocação e treino incluindo.

1. Serviços de referências e colocação de trabalho.
2. Salas com uma vasta variação e recursos de trabalhos e treinos.
3. Conselhos e exames de aptidão e interesses.
4. Acesso à rede informática (Internet) para informação sobre trabalhos e treinos.
5. Aulas práticas para ajudar a desenvolver novas técnicas na procura de trabalho e entrevistas.
6. Aulas de auxílio na realização e escrita eficaz de uma carta curricular e a sua capa.

Contate qualquer Centro da netWORKri  
(Todos estes números pertencem à área com o código 401)  
**Pawtucket 401-722-3100**  
**Providence 401-462-8900**  
**Wakefield 401-789-9721**  
**Warren 401-245-9300**  
**W. Warwick 401-828-8382**  
**Woonsocket 401-762-9010**

## Benefícios de Incapacidade Temporária

**Quem qualifica para benefícios do TDI?** Se ficou doente ou ferido e está dentro dos seguintes regulamentos, poderá qualificar para receber benefícios.

1. Esteve desempregado 7 dias consecutivos ou mais por motivo de doença ou ferimento e
2. Esteve sob o cuidado de um profissional qualificado no ramo de saúde, e
3. A sua doença ou ferimento ocorreu dentro das últimas 52 semanas, e
4. Ganhou dinheiro suficiente dentro do salário mínimo obrigatório para qualificar.

**COMO APLICAR** - Pode requerer benefícios preenchendo uma aplicação do TDI. Esta aplicação pode ser adquirida da seguinte forma:

1. Por telefone (401) 462-8420
2. Transferindo informação da Internet [www.dlt.ri.gov/tdi/FileTDIclaim.htm](http://www.dlt.ri.gov/tdi/FileTDIclaim.htm)

Informação mais pormenorizada à cerca do TDI pode ser adquirida através do telefone (401) 462-8420.

NOTE: Também, é possível que tenha direito a um reembolso sobre a contribuição feita durante o ano civil do TDI se estas contribuições foram deduzidas dos seus pagamentos por mais do que uma entidade patronal. Obtenha informação à cerca deste reembolso pelo telefone (401) 222-3682 ou escreva para:

RI Division of Taxation, Employer Tax Section, One Capitol Hill, Ste 36, Providence, RI 02908-5829.

**Regulamento 5 - Colocação de Avisos** (De acordo com a secção 22-44-38 do E.S. Acto & 29-41-15 do TDI Acto)- Todas as entidades patronais no estado de Rhode Island são obrigadas a afixar estes avisos em letra de empresa, forma, desenho, número e contendo a mesma informação que o Director do Departamento de Trabalho e Treino, determine necessário para levar acabo a administração da lei do Fundo de Desemprego e da lei do Seguro de Incapacidade Temporária (TDI). Estes avisos devem ser colocados onde os empregados desempenham os seus serviços e em lugares visíveis.

## Lei de Ausência de Trabalho por Motivos de Saúde de um agregado familiar ou patrenais em Rhode Island

Este aviso é para proporcionar informação sobre a lei im "Rhode Island acerca da ausência de trabalho por motivos de Saúde familiar ou Parental". Entidades patronais com 50 ou mais empregados têm de conceder uma ausência de trabalho sem pagamento até 13 semanas consecutivas, num espaço de 2 anos sob certas condições.

**Empregados Qualificados** - Para qualificar o empregado tem que trabalhar a tempo inteiro, uma média de 30 horas semanais ou mais e estaja empregado nessa companhia pelo menos há 12 meses.

**Propósito de ausência** - De acordo com a lei, ausência de trabalho é autorizada quando o motivo seja uma o mais das seguintes razões.

1. Nascimento de uma criança
2. Posicionamento de uma criança com 16 anos de idade ou menos por um empregado, cujo posicionamento esteja relacionado com a adopção dessa mesma criança.
3. "Enfermidades graves" No empregado, seus pais, cônjuge, criança, sogra ou sogro. (Enfermidades graves são determinadas por uma incapacidade física, doença mental, ferimentos, debilitação, hospitalização, la da terceira idade, clínica de repouso hópicio ou paciente ambulatório que necessite supervisão ou tratamento contuo por uma pessoa certificada pelo Departamento de Saúde.

**Requerer ausência de trabalho** - Em ordem de ter direito a uma ausência de trabalho, o empregado tem que submeter um pedido pelo menos 30 dias antes da data que deseja ficar fora, a, não ser que impossibilitado por uma emergência médica. É possível que o empregado tenha que proporcionar um certificado médico do paciente em questao, no qual, deverá ser especificada a duração deste pedido.

**Ausência de trabalho por implicação escolar** - Todo o empregado que tenha trabalhado pelo menos 12 meses consecutivos tem o direito a 10 horas de ausência de trabalho durante um período de 12 meses para assistir a reuniões ou quaisquer outras actividades escolares para uma criança cujo empregado seja o pai ou mãe, pais adoptivos ou encarregado de educação. O pedido deverá ser proporcionado pelo empregado à entidade patronal 24 horas antes da data da ausência. Esta ausência de trabalho pode ser sem pagamento, a não ser que o empregado substitua estas horas por horas de férias ou quaisquer outras horas que tenha acumulado.

**Uso de horas de doença por pais adoptivos** - Toda a entidade patronal que permita a um empregado após o nascimento de um filho usar as horas acumuladas para motivos de doença, deverá também permitir as mesmas horas para o posicionamento de uma criança com 16 anos de idade ou menos por um empregado, cujo posicionamento esteja relacionado com a adopção dessa mesma criança.

**Prosseguimento do Seguro Médico** - Antes que o empregado se ausente do trabalho deverá pagar à sua entidade patronal o total do prémio do seguro médico para que este se mantenha em vigor durante a sua ausência, cuja soma deverá ser devolvida ao empregado dentro de 10 dias a partir da data do seu regresso ao trabalho.

**Regresso da ausência de trabalho** - De acordo com a lei depois de uma ausência de trabalho o empregado tem direito a regressar à mesma posição ou a uma posição equivalente à sua antiguidade com a mesma categoria e condições de benefícios, incluindo todos os benefícios adicionais a que tinha direito no início da sua ausência de trabalho.

**A lei proibe** - De acordo com a lei é ilegal que uma entidade patronal dificulte, limite ou proiba aos seus empregados os direitos proporcionados pela lei. Qualquer discriminação ou acção disciplinar contra um empregado por exercer os seus direitos de acordo com a lei, ou opoi - se ao desempenho de algo ilegal é também proibido.

**Reemforço da lei** - Reportes de violações devem ser feitos (1) através de uma acção civil declarada por um empregado, (2) Por uma queixa feita ao Director do Departamento de Trabalho e Treino do estado de Rhode Island. Estão estipuladas penalidades civis para violações contra a lei ou ordens dadas pelo Director do Departamento de Trabalho e Treino

Esta entidade patronal está sujeita à provisão da lei da

## Compensação Laboral do Estado de Rhode Island

Companhia de Seguro da Compensação Laboral: \_\_\_\_\_

Companhia assegurada: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Data efectiva da apólice: \_\_\_\_\_

De acordo com a lei geral de Rhode Island 28-32-1, a entidade patronal tem de reportar ao Director do Departamento de Trabalho e Treino todas as lesões sofridas pelos empregados cujos ferimentos o incapacitem de ganhar um salário por três (3) dias ou necessite tratamento médico, sem tomar em consideração o período do tempo dessa incapacidade. Se a lesão for fatal, o reporte deverá ser feito dentro de quarenta e oito (48) horas. Se não for fatal, o reporte pode ser feito dentro de dez (10) dias a partir do dia em que a lesão ocorreu.

Logo de início o empregado lesionado tem o direito de requerer tratamento médico. A primeira visita a uma instalação médica para receber tratamento, poderá ser de acordo com o contrato, ou coma autorização patronal ou da companhia de seguro e nao da preferência do empregado. Para mais informações acerca do procedimento ou benefícios da Compensação Laboral, telefone para o Centro Educativo (401) 462-8100 opção # 1 ou TDD (401) 462-8006. Se suspeita de fraude, contacte o Centro de Prevenção de Fraude através do número (401) 462-8100, opção # 7.

De acordo com a lei geral de Rhode Island 28-29-13, este aviso tem de ser exposto nos locais de trabalho e em lugares visíveis. Penalidades por insubordinação podem ser aplicadas. DWC-8 (5/2002)

## Ignorar Este Aviso Pode ser Perigoso para a Sua Saúde

De acordo com a lei sobre o Direito-de-Saber (Right-to-Know) de Rhode Island, a sua entidade patronal deve avisá - lo sobre qualquer substância perigosa na sua área de trabalho.

**Tem o direito de saber:**

- O nome comum ou comercial da substância, incluindo o nome químico;
- Se for possível, até que nível a exposição a esta substância se torna perigosa;
- Nivel de perigo, consequências e sintomas desta exposição;
- A potência de inflamabilidade;
- Explosão e reactividade da substância;
- O método prudente de usar ou estar exposto a esta substância sem causar nenhum perigo;
- O equipamento apropriado e com a proteção para um uso seguro
- Mé todos para limpar derramamentos ou fugas

A sua entidade patronal deve proporcionar - lhe esta informação, Caso contrario, Solicite-a você mesmo, O representante da sua entidade patronal é: \_\_\_\_\_

A lei do Direito-de-Saber (Right-to-Know) foi criada para o proteger. Para mais informação sobre os seus direitos acerca das substâncias perigosas de acordo com esta lei, contact o Departamento de Trabalho e Treino de Rhode Island através do número (401)462-8570.

**O maior perigo é o desconhecimento, dos riscos que corre quando trabalha com substâncias perigosas.**

DLT-L-47 (Rev. 5/2000)The RI Right-To-Know Law